

# COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## PROJETO DE LEI Nº 3.680, DE 2025

Institui o Programa Nacional de Resgate e Salvamento de Pescadores em Alto-Mar – ProSalva Mar Brasil, com o objetivo de prevenir acidentes, agilizar o socorro e salvar vidas no exercício da atividade pesqueira, e dá outras providências.

**Autor:** Deputada FERNANDA PESSOA

**Relator:** Deputado THIAGO DE JOALDO

### I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE) o Projeto de Lei nº 3.680, de 2025, de autoria da deputada Fernanda Pessoa (UNIÃO/CE) para análise de mérito. O PL pretende criar o Programa Nacional de Resgate e Salvamento de Pescadores em Alto-Mar - ProSalva Mar Brasil, com o objetivo de prevenir acidentes, monitorar embarcações, agilizar os procedimentos de busca e salvamento e garantir maior segurança aos pescadores durante o exercício da atividade pesqueira em águas territoriais brasileiras.

A proposição atribui ao Ministério da Pesca e Aquicultura a responsabilidade pela coordenação do programa, em cooperação com: (i) Ministério da Defesa, por meio da Marinha do Brasil; (ii) Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, através da Defesa Civil; (iii) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de centros de pesquisa e desenvolvimento; (iv) Ministério das Comunicações, para apoio em tecnologias de rastreamento e comunicação via satélite; (v) Corpo de Bombeiros Militar dos Estados e do Distrito Federal.

Ao tratar das diretrizes do ProSalva Mar Brasil, prevê a disponibilização de tecnologias de rastreamento e comunicação para embarcações; a criação de um sistema



nacional de monitoramento em tempo real, estabelece protocolos rápidos e integrados de resgate, a promoção de campanhas de conscientização; a instituição de uma central de atendimento emergencial de funcionamento em 24 horas por dia, com cobertura nacional, para registro de desaparecimentos e emergências em alto-mar; e a instalação de dispositivos de localização por satélite em coletes salva-vidas e embarcações pesqueiras. Além disso, permite a realização de convênios com entidades públicas e organizações não governamentais.

O projeto foi distribuído às Comissões de: Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

O regime de tramitação é o ordinário e a matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, nos termos do art. 24 do Regimento Interno.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Considero meritório o projeto em análise. A criação de um programa nacional de resgate de pescadores em alto-mar é, sem dúvida, uma medida necessária e a modelagem que a autora dá ao projeto irá aprimorar os mecanismos do estado brasileiro na realização de salvamentos. O uso de tecnologias de rastreamento, a criação de um sistema nacional de monitoramento e a instituição de uma central de atendimento nacional de funcionamento de 24 horas são inovações que aumentam o grau de assertividade dos resgates e, conseqüentemente, o número de vidas salvas.

Com efeito, segundo informações do site da Agência Gov<sup>1</sup>, a Marinha do Brasil "já resgatou 5.764 pessoas com vida, de acordo com levantamento feito desde 2019. O êxito é resultado de 1.818 ações de busca e salvamento marítimo. Do total, somente em 2023, até 21 de dezembro, 754 sobreviventes foram resgatados em 284 incidentes registrados no País". Além disso, como trazido pela própria autora na

<sup>1</sup><https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/marinha-do-brasil-resgata-754-pessoas-no-mar-e-rios-em-2023>



justificativa do projeto de lei, o projeto ainda atende diretamente aos compromissos assumidos pelo Brasil em tratados internacionais de salvamento marítimo e está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os de número 1 (erradicação da pobreza), 8 (trabalho decente) e 14 (vida na água).

Não obstante, entende-se ser necessário uma adaptação no que diz respeito ao órgão responsável por coordenar o programa, uma vez que o resgate e salvamento de pessoas em alto-mar é uma atribuição da Marinha por disposição legal. O art. 17, parágrafo único, da referida Lei Complementar nº 97/1999, que estabelece as normas gerais para organização, preparo e emprego das Forças Armadas, determina expressamente que "pela especificidade dessas atribuições, é da competência do Comandante da Marinha o trato dos assuntos dispostos neste artigo, ficando designado como ' Autoridade Marítima", para esse fim" conferindo-lhe competência privativa sobre a segurança da navegação aquaviária, formulação de políticas nacionais relativas ao mar implementação de leis e regulamentos no mar e águas interiores.

Essa competência corroborada por extenso arcabouço normativo, incluindo as Leis nº 7.273/1984 e 7.203/1984, que estabelecem competir à Marinha do Brasil a coordenação e controle das atividades de assistência e salvamento no mar, e a Lei nº 9.537/1997 (LESTA), que atribui à Autoridade Marítima a responsabilidade pela segurança do tráfego aquaviário. O Aviso Ministerial N-0201/1970 e a Portaria MB/MD n 37/2022 consolidam historicamente essas atribuições. Além disso, o Brasil, como signatário das principais convenções internacionais sobre salvamento marítimo - Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS-1974), Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo (SAR-1979) e Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM-1982) -, está comprometido a manter um sistema unificado de busca e salvamento sob coordenação naval.

Não só isso, a Marinha já possui um Sistema Nacional de Busca e Salvamento consolidado, não sendo conveniente instituir um segundo sistema com objetivo semelhante de competência de outro órgão do Executivo Federal. O Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul (COMPAAZ) já integra diversos sistemas de monitoramento e auxílio à decisão, tais como SPAD-SAR, AIS, LRIT, MSSIS, PREPS, SEAVISION, SIMMAP e SISTRAM, oferecendo visibilidade contínua



e rastreamento de embarcações. Essa infraestrutura robusta permite ao COMPAAZ localizar vítimas, embarcações disponíveis para apoio e planejar operações com precisão, reduzindo significativamente o tempo de resposta. A implementação de estrutura paralela, poderá gerar risco na efetiva resposta aos acionamentos.

Ante todo o exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 3.680, de 2025, com emenda.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado THIAGO DE JOALDO

Relator



# COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## PROJETO DE LEI Nº 3.680, DE 2025

Institui o Programa Nacional de Resgate e Salvamento de Pescadores em Alto-Mar – ProSalva Mar Brasil, com o objetivo de prevenir acidentes, agilizar o socorro e salvar vidas no exercício da atividade pesqueira, e dá outras providências.

### EMENDA Nº

Substitua-se o texto dos arts. 2º e 5º do Projeto de Lei pela seguinte redação e exclua-se o art. 6º, renumerando os demais artigos:

"Art. 2º. O ProSalva Mar Brasil será coordenado pela Marinha do Brasil, no exercício de suas atribuições como Autoridade Marítima, em cooperação com os seguintes órgãos:

I – Ministério da Pesca e Aquicultura;

II – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, através da Defesa Civil;

III – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de centros de pesquisa e desenvolvimento;

IV – Ministério das Comunicações, para apoio em tecnologias de rastreamento e comunicação via satélite;

V – Corpo de Bombeiros Militar dos Estados e do Distrito Federal.

*Parágrafo único.* A coordenação exercida pela Marinha do Brasil observará a integração com o Sistema Nacional de Busca e Salvamento existente e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nas Convenções SOLAS, SAR e demais tratados relativos à salvaguarda da vida humana.



Art. 5º. A União poderá prestar apoio técnico e financeiro aos estados, municípios e colônias de pescadores para a implementação das ações do ProSalva Mar Brasil, mediante celebração de convênios e termos de cooperação, observada a disponibilidade financeira e orçamentária.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."  
(NR)

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado THIAGO DE JOALDO

Relator

